

QUEM LÊ OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS?

Julio Antonio Moreto – UNICAMP; SME DE CAMPINAS
glajuli1@uol.com.br

Resumo: O Projeto Político-Pedagógico interessa à escola, pois conta sua história e como o coletivo se organiza para o trabalho educacional. Nos Sistemas de Ensinos, como um ato legal, é enviado às instâncias superiores para homologação. Isto feito, retorna à escola, para encaminhamentos. O trabalho da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, quando da homologação do PPP, na busca de sentido desta leitura e de interlocução com a escola, avança para além da referida homologação, na qualificação de um movimento de construção e de significação do PPP.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico; coordenador pedagógico; sistema de ensino

TEXTO AMPLIADO

Na construção do Projeto Político-Pedagógico, a escola faz projeções a respeito de como se organizará para dar conta do trabalho educacional e, através de sucessivas investidas, ao longo dos anos, deixa a história deste coletivo registrada nas inúmeras vezes em que escreve, no sentido de registrar esse PPP. Isto se mostra como autonomia conquistada através de o respeito pela produção daquele coletivo escolar. Na Secretaria Municipal de Educação de Campinas, as escolas, após essa etapa, enviam os referidos documentos para homologação. Ao longo da história desta Secretaria, muitas vezes esses PPPs eram arquivados junto aos órgãos competentes, após homologação, ou se muito, as escolas eram chamadas a darem conta de possíveis equívocos por descumprirem a legislação vigente. Em um movimento de respeito aos profissionais da escola, ao processo de discussão e de síntese no sentido de organização do Projeto Político-Pedagógico, entendendo que ao submetê-lo à apreciação, a escola está colocando o seu coletivo à avaliação; entendendo salutar resignificar esse ato administrativo-legal (a homologação); e procurando romper com a relação de atendimento único e exclusivo à legislação pertinente, a equipe de Coordenadores Pedagógicos, desde 2001, vem implementando uma dinâmica de interlocução com a escola, na busca pela produção de sentido nesta leitura do PPP, que avança para além da leitura/homologação propriamente ditas, dando origem a um caminhar de mão-dupla: os projetos são escritos, entregues para homologação, lidos pelos Coordenadores Pedagógicos e num movimento de retorno à escola, estes profissionais elaboram documentos que apontam questionamentos e proposições com o objetivo de que o coletivo da escola, ao se voltar para o PPP se questione a respeito do seu trabalho, das concepções ali contidas, das ações propostas para os objetivos estabelecidos e incorporem ou não as considerações originadas da

interlocução com a Coordenação Pedagógica. Isto sempre pautado pela concepção de que a escola busca sua autonomia, no processo de construção deste Projeto Político-Pedagógico. Este caminho parece mais democrático e, acima de tudo, respeita o locus privilegiado da construção do PPP: o coletivo da escola, menos que as interferências do Sistema de Ensino, ou de outras instâncias que não aquela onde se dá a relação ensino/aprendizagem, na garantia do acesso, da permanência e do sucesso dos alunos.